

DISCIPLINA DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: OS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DE ESTUDANTES DO CURSO DE PSICOLOGIA

PSYCHOLOGICAL ASSESSMENT DISCIPLINE: THE IMPACTS ON THE PROFESSIONAL DEVELOPMENT OF PSYCHOLOGY COURSE STUDENTS

DISCIPLINA DE EVALUACIÓN PSICOLÓGICA: LOS IMPACTOS EN EL DESARROLLO PROFESIONAL DE LOS ESTUDIANTES DE LA CURSA DE PSICOLOGÍA

Daniely de Oliveira Lorenzon Pereira¹
Ivan Sant'Ana Rabelo²

Resumo: Este artigo tem o intuito de compreender como a disciplina de avaliação psicológica tem sido abordada em trabalhos científicos e acadêmicos no Brasil nos últimos 15 anos e apontar os possíveis impactos que podem causar no desenvolvimento profissional de estudantes do curso de psicologia. O que culminou este estudo foram indagações sobre a formação profissional do psicólogo e a postura ética dos profissionais, entorno das atividades que permeiam a avaliação psicológica. O objetivo da pesquisa foi comparar a percepção dos autores referente à disciplina de avaliação psicológica e investigar a relevância dela para o desenvolvimento profissional do futuro psicólogo. Optou-se em realizar uma pesquisa de cunho comparativo com enfoque qualitativo em artigos científicos já publicados na base nacional que contemplassem o tema, para isso analisou-se 10 artigos publicados entre 2002 a 2017 selecionados dentro do critério de inclusão/exclusão. Os resultados entrados apontam que as discussões centrais dos artigos analisados giram em torno da insuficiência do conteúdo e a falta de capacitações dos profissionais para o manuseio dos testes psicológicos, visto que, o conhecimento adquirido na graduação não é suficiente para o exercício prático em avaliação psicológica na vida profissional do psicólogo. Concluiu-se que para manter a qualidade do serviço prestado em avaliação psicológica, tem-se que analisar não apenas a produção dos instrumentos, mas também a qualidade do ensino ofertado aos futuros profissionais que irão administrá-los etc.

Palavras-chave: Disciplina; Avaliação Psicológica; Formação Profissional.

Abstract: This article aims to understand how the discipline of psychological assessment has been approached in scientific and academic works in Brazil in the last 15 years and to point out the possible impacts it can have on the professional development of psychology students. What culminated this study were questions about the professional training of the psychologist and the ethical posture of the professionals, around the activities that permeate the psychological assessment. The objective of the research was to compare the authors' perception of the discipline of psychological assessment and to investigate its relevance for the professional development of the future psychologist. It was decided to carry out a comparative research with a qualitative focus on scientific articles already published in the national database that contemplated the theme, for this we analyzed 10 articles published between 2002 and 2017 selected within the inclusion/exclusion criterion. The results indicate that the central discussions of the analyzed articles revolve around the insufficiency of the content and the lack of

¹ Professora do curso de psicologia do Centro Universitário Vale do Cricaré. Especialista em Gestão de Pessoas pela Fundação Getúlio Vargas e em Avaliação Psicológica pelo Instituto de Pós-Graduação e Graduação. E-mail: danielylorenzoni@gmail.com

² Professor em cursos de graduação do Universidade Paulista e nos cursos de pós-graduação Instituição de Pós-Graduação e Graduação. Pós-doutorado em Psicologia do Trabalho no Laboratório Fator Humano da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo. Mestre em Avaliação Psicológica pela Universidade São Francisco. Pesquisador pós-doutorado no Grupo de Estudos Olímpicos da Universidade de São Paulo.

training of professionals to handle psychological tests, since the knowledge acquired in the undergraduate course is not sufficient for the practical exercise in psychological assessment in the professional life of the psychologist. It was concluded that in order to maintain the quality of the service provided in psychological assessment, it is necessary to analyze not only the production of the instruments, but also the quality of the education offered to the future professionals who will administer them, etc.

Keywords: Discipline; Psychological Assessment; Vocational training.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo comprender cómo la disciplina de la evaluación psicológica ha sido abordada en el quehacer científico y académico en Brasil durante los últimos 15 años y señalar los posibles impactos que puede tener en el desarrollo profesional de los estudiantes de psicología. Lo que culminó este estudio fueron preguntas sobre la formación profesional de los psicólogos y la postura ética de los profesionales, en torno a las actividades que permean la evaluación psicológica. El objetivo de la investigación fue comparar la percepción de los autores sobre la disciplina de la evaluación psicológica e investigar su relevancia para el desarrollo profesional de los futuros psicólogos. Se decidió realizar una investigación comparada con enfoque cualitativo sobre artículos científicos ya publicados en la base de datos nacional que cubría el tema, para ello se analizaron 10 artículos publicados entre 2002 y 2017, seleccionados dentro de los criterios de inclusión/exclusión. Los resultados indican que las discusiones centrales de los artículos analizados giran en torno a la insuficiencia del contenido y la falta de formación de los profesionales para el manejo de pruebas psicológicas, ya que los conocimientos adquiridos durante la graduación no son suficientes para el ejercicio práctico de la evaluación psicológica en la vida profesional. del psicólogo. Se concluyó que para mantener la calidad del servicio brindado en evaluación psicológica es necesario analizar no solo la producción de los instrumentos, sino también la calidad de la enseñanza ofrecida a los futuros profesionales que los administrarán, etc.

Palabras clave: Disciplina; Evaluación psicológica; Formación profesional.

INTRODUÇÃO

O saber psicológico está em constante transformação de sua prática, havendo necessidade de continua atualização por parte dos profissionais. Para plena compreensão desse artigo apresentamos o que elucidou este tema.

A necessidade de realizar uma revisão literária sobre a disciplina de Avaliação Psicológica e os possíveis impactos que a mesma pode causar no desenvolvimento profissional de estudantes do curso de Psicologia emerge a partir das inquietações frente à formação profissional, pois são constantes as ressalvas entorno das atividades que envolvem a avaliação psicológica e postura ética, sendo difícil para o psicólogo assumir o seu fazer profissional nesta área sem reflexão continua de sua atuação e dos princípios éticos norteadores. À vista que a legislação vigente dessa classe profissional prediz que a prática da avaliação psicológica é exclusiva ao psicólogo, desde que tenha a formação adequada para tanto (CAIXETA; SILVA, 2014; NORONHA, 2002; NUNES et al., 2012; PRIMI, 2010; SANTOS, 2011).

Para Primi (2011) as práticas avaliativas apresentam subsídios que podem auxiliar no processo decisório de vários âmbitos sociais, podendo promover o desenvolvimento e o bem-estar. Entretanto, é justamente a complexidade e subjetividade do homem que torna a prática da avaliação psicológica, suscetíveis a erros e, logo, com significativa possibilidade de danos aos direitos das pessoas. É considerando este motivo que o autor caracteriza a prática profissional nesta área de grande responsabilidade ética. Essa postura profissional tem o objetivo de atender os participantes envolvidos em um processo de avaliação, da melhor forma possível, firmando práticas mais eficazes e minimizando erros. Salienta-se, até mesmo que o profissional deve adotar uma postura de reflexão crítica sobre os seus limites, no que tange ao conhecimento da área e conduta ética frente a sua atuação e demanda do mercado.

Os autores Noronha (2002), Primi (2010) e Santos (2011) elucidam que a falta de padrões de ensino e prática dificulta a avaliação da atuação e das competências profissionais dos psicólogos, indicando que o ensino deve assegurar a reflexão crítica sobre o instrumento. Noronha et al. (2004) afirmam que o problema central na formação profissional na área de avaliação psicológica está associado ao ensino inconsistente, visto que a instituição formadora tem uma parcela de responsabilidade na construção da postura profissional e ética do psicólogo. Já Fonseca (2011) aponta que em diversas instituições de ensino de Psicologia a disciplina tem perdido espaço nas grades curriculares dos cursos.

E são exatamente nas disciplinas que abarcam este conteúdo técnico e exclusivo do psicólogo que os questionamentos referentes à formação técnica e ética emergem. Várias são as nomenclaturas utilizadas para representar essas disciplinas, como por exemplo: Avaliação Psicológica I; Avaliação Psicológica II; Psicodiagnóstico; Técnicas de Exame Psicológico; Psicometria e outros. As discrepâncias evidenciadas nos próprios nomes das disciplinas específicas da área revelam uma ausência de coerência e lógica, que traduz a falta de articulação na própria área de avaliação psicológica (NORONHA, 2006; NUNES et al., 2012).

A avaliação psicológica teve um papel relevante no reconhecimento científico e social da Psicologia. Até os dias atuais, se percebe a influência das avaliações psicológicas nas tomadas de decisões de diferentes esferas da sociedade (PASQUALI, 2001). Apesar disso, uma das dificuldades associadas à prática da avaliação psicológica, assim como nas diversas áreas existentes no mercado, diz respeito à ausência de domínio por parte dos profissionais, no que se refere à utilização da técnica, o que impede uma atuação prática adequada, considerando os riscos inerentes a ela e os limites de suas aplicabilidades (NORONHA, 2002).

Na avaliação psicológica, o saber inerente à formação da graduação somente não irá garantir a competência necessária ao uso deste instrumento de trabalho do psicólogo. Por mais que se ajustem as Diretrizes Curriculares do curso em busca de maior qualidade de formação do profissional psicólogo, verificar, de fato, as competências necessárias para o aperfeiçoamento se torna uma tarefa difícil (FONSECA, 2011; NORONHA, 2002; PRIMI, 2011).

A preocupação mediante ao exposto, volta-se para o campo de produção desse saber, que deve minimamente oferecer condições para que o discente do curso de psicologia, e brevemente o futuro profissional, saiba identificar as ferramentas que são restritas e inerentes a psicologia, produzindo neles consciência dos agravos da prática inadequada e condições de analisar ética e criticamente suas futuras experiências.

Com esses dados fica evidente a importância da disciplina de avaliação psicológica na vida acadêmica, a necessidade de revisar os estudos sobre. Diante disso, optou-se em realizar uma pesquisa de cunho comparativo com enfoque qualitativo em artigos científicos já publicados na base nacional que acometam o assunto aqui abordado. O intuito foi comparar a percepção dos autores dos estudos referente à disciplina de avaliação psicológica e investigar o impacto que esta provoca no desenvolvimento profissional do futuro psicólogo.

Este artigo tem enquanto relevância acadêmica e social, o fito de compreender as influências da disciplina de avaliação psicológica na formação profissional do aluno do curso de psicologia. O que incita esta pesquisa foi delimitado como objetivo geral na tentativa de verificar como a disciplina de avaliação psicológica vem sendo abordada em trabalhos científicos e acadêmicos no Brasil. Mediante este objetivo suscitou a necessidade de delimitar os critérios específicos da pesquisa que foram: Analisar publicações nacionais dos últimos 15 anos sobre a disciplina de avaliação psicológica. Identificar os aspectos históricos da avaliação psicológica e a influencia na atualidade. Elucidar sobre formação em avaliação psicológica atrelada à formação da psicologia.

1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Do ponto de vista científico, os testes tiveram grande importância para o crescimento da psicologia (AMBIEL; PANCANARO, 2013), um século antes da testagem psicológica nascer a psicologia ganhava forma, caminhando rumo ao reconhecimento, enquanto saber científico. Foi com Wilhelm Max Wundt em meados do século XIX que de fato estruturou a psicologia científica, mediante ao primeiro laboratório dedicado exclusivamente à pesquisa psicológica. Posterior a esse marco inaugural a psicologia desenvolveu-se em um ritmo

acelerado, expandindo os estudos por todo o mundo (COHEN; SWERDLIK E STURMAN, 2014). Para Ambiel e Pancanaro (2013) e Anache (2011) o crescimento da psicologia quanto ciência fomentou-se pela quantidade de laboratórios e treinamentos de vários pesquisadores na Europa e nos Estados Unidos, no intuito de realizar pesquisas de mensuração sobre as funções psíquicas. Um exemplo de pesquisador que emergiu nessa época é o de Francis Galton, que em 1880 na cidade de Londres articulou um laboratório de estudo antropométrico, cujo objetivo era mensurar as características físicas e psicológicas das pessoas. Ele percebe que as operações intelectuais poderiam ser avaliadas através de medidas sensoriais, visto que todas as informações de interações com o indivíduo chegam pelos órgãos dos sentidos.

Uma década depois em 1890, o psicólogo americano James M. Cattell, sofrendo influência dos estudos de Galton e tendo com orientador Wundt, começa a pesquisar as medidas sensoriais, investigando as áreas relacionadas à acuidade sensorial e correlacionando-a ao tempo de reação, porém os resultados não foram congruentes entre si (AMBIEL; PANCANARO, 2013; ANACHE, 2011). Voltando à Europa e virando a década (já em 1900), especificamente na França, os psicólogos Binet e Simon produziram críticas aos testes até então utilizados na época. Apresentaram, como argumentação, que as medidas produzidas pelos instrumentos eram puramente sensoriais, sem relação com as funções intelectuais. E começaram a produzir instrumentos mais cognitivos e menos sensoriais. Enfim a psicologia tinha um instrumento com sustentação teórica, passando por vários refinamentos ao longo da história (AMBIEL E PANCANARO, 2013; ANACHE, 2011).

Ainda segundo os autores citados, os testes elaborados por Binet e Simon atraíram a atenção de psicólogos do mundo todo, surgindo nos anos de 1908 a 1911 traduções, adaptações e aperfeiçoamento dos testes. Tal movimento culminou no conceito de Quociente Intelectual (QI), empregado na avaliação psicológica pelo norte americano, Wilhelm Stern. O conceito recém-descoberto foi refinado por Lewis Terman, na Universidade de Stanford em 1916. Juntos Stern e Terman sugeriram um cálculo que se baseava na divisão da idade mental, sendo esta utilizada até os dias atuais. No período de 1910 a 1930, iniciou-se o desenvolvimento dos testes de inteligência sob a influência de Binet e Simon, assim como a teoria do Fator G criada pelo inglês Charles Spearman, no qual se apresenta a ideia de um único fator geral e universal associado à inteligência. Sua contribuição se deu mediante a aplicação de modelos matemáticos aos estudos do funcionamento mental, sustentando a sua teoria de que todas as habilidades cognitivas convergiam para uma capacidade geral (AMBIEL E PACANARO, 2013; PASQUALI, 2001).

Ao aproximar do momento histórico e social da Primeira Guerra Mundial, sucedida entre 1914 à 1918, potencializou-se os estudos e uso da avaliação psicológica, tanto é que a American Psychological Association (APA) indicou uma comissão que deveria considerar as formas em que a psicologia poderia auxiliar no esforço de guerra. A demanda identificada por essa comissão foi de criar instrumentos de aplicação coletiva, que poderiam ser de rápida aplicação e classificação. O intuito principal era auxiliar nas diversas tomadas de decisões administrativas do serviço militar, como por exemplo, a rejeição, a dispensa ou a designação para diferentes tipos de serviços e treinamentos do exército (ANACHE, 2011). O período pós-guerra garantiu o desenvolvimento da psicometria, através da estimulação da publicação de novos testes e do aperfeiçoamento da padronização dos instrumentos, como, nos procedimentos de administração e nas tabelas normativas de classificação dos testes psicológicos (AMBIEL; PANCANARO, 2013).

Para os autores citados a expansão dos testes, durante a década de 1920 a 1930, trouxe o uso indiscriminado dos instrumentos, o que culminou uma diminuição do entusiasmo na área quando se percebeu que os resultados dependiam da cultura onde eram criados. Com isso, se refutava a ideia de um fator geral universal, como indicado por Spearman anos antes. Em 1930 inicia-se a década da análise fatorial, no qual o norte-americano Thurstone, desenvolve a análise fatorial múltipla, que contrapunha a ideia de Spearman, sugerindo a existência de habilidades específicas e independentes que não se organizavam envolto de uma habilidade geral. Os estudos sobre análise fatorial múltipla asseguram a fundação da Sociedade Psicométrica Americana, em conjunto com a revista *Psychometrika*, ambas voltadas ao estudo e ao avanço da Psicometria (PASQUALI, 2001).

Outro fator histórico que fomenta ainda mais os estudos referentes às aptidões múltiplas e testes projetivos estão associados aos trabalhos dos psicólogos militares, em detrimento a Segunda Guerra Mundial. “Grande parte das pesquisas sobre testes nas forças armadas baseava-se na análise fatorial e procurava chegar à construção de baterias de aptidões múltiplas” (ANACHE, 2011:16). Mediante a quantidade de produção na área da psicometria, surge a necessidade de sintetizar as produções de testes psicológicos. A APA apresenta as normas de elaboração e uso de testes psicológicos, além da tentativa implícita de garantir os altos padrões na testagem e na avaliação profissional, o que culminou no auxilio desta instituição na limitação do uso de testes psicológicos a pessoas qualificadas (COHEN; SWERDLIK; STURMAN, 2014; PASQUALI, 2001).

Ao longo do século XX, as questões teóricas foram discutidas e aperfeiçoadas por Cattell, Horn e Carroll, conhecido como modelo C.H.C. que indicou a integração das teorias

da inteligência, mediante ao um modelo hierárquico das habilidades. Além disso, surgiu a Teoria de Resposta ao Item (TRI), que origina a era da psicométrica moderna. É evidente que as teorias ainda não resolvem todos os parâmetros fundamentais da psicométrica, mas conforme o exposto até aqui, além de acelerar o crescimento da psicologia, os testes contribuíram para avanços teóricos, visto que a partir dos testes as teorias foram testadas na realidade (AMBIEL; PANCANARO, 2013).

Um dos grandes esforços do conhecimento científico na psicologia e mais especificamente na elaboração de testes psicológicos é o cuidado em não restringir a descrição de fatos separados e isolados, mas tentar refletir e considerar os aspectos históricos e sociais do fenômeno analisado ou estudado. A prática da avaliação psicológica pode ser considerada resultado da intensa sistematização do conhecimento sobre o homem relacionando as características intra e intersíquicas (ALCHIERI; CRUZ, 2014). A construção e aperfeiçoamento da avaliação psicológica estão intimamente relacionados à história da própria ciência psicológica no Brasil. Alchieri e Cruz (2014) consideram a avaliação psicológica uma subárea da Psicologia, a sua origem ocorre mediante as demandas organizacionais, educacionais e clínicas. Com a evolução e aceitação do social da avaliação psicológica, ela começou a ganhar espaço e força, alcançando as áreas do trânsito e jurídica.

1.1. O PANORAMA HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO BRASIL

Vimos anteriormente que a construção e aperfeiçoamento da avaliação psicológica estão intimamente ligados à história da própria ciência psicológica. Isto não se difere no Brasil e acredita-se que para toda América Latina. Porém diverge do que aconteceu na Europa e Estados Unidos, pois, por aqui, esse movimento ocorreu em uma versão mais lentificada (PASQUALI; ALCHIERI, 2001). De acordo com os autores citados, pode-se descrever o percurso histórico no Brasil em cinco etapas, com início na primeira metade do século XIX, que serão apresentadas a seguir. Ao verificar essas etapas percebemos que ela começa no Brasil muito antes da criação oficial da Psicologia por Wundt na Alemanha em 1979, ou seja, antes disso já existia no Brasil registro de profissionais interessados no saber da avaliação psicológica. Assim como na Europa, esse grupo de profissionais emergiu da vertente médica, possuindo uma característica estritamente positivista.

É possível verificar que desde a década de 1840 têm-se os primeiros registros com referências à psicologia em teses do programa de medicina, que tratavam da inteligência, aspectos psicofisiológicos e métodos em psicologia (AMBIEL; PANCANARO, 2013; PASQUALI; ALCHIERI, 2001). Por isso, o primeiro momento é considerado produção

médico/científica acadêmica, pois os primeiros movimentos aconteceram dentro das universidades. Uma das características que percebe-se nesse período é a inserção do saber psicológico como um novo campo de estudo dentro dos cursos de graduação de medicina. Outro ponto foi o uso de métodos e recursos da psicologia nas escolas regulares o que garantiu a abrangência e disseminação do pensamento psicológico no Brasil. Por último, o surgimento de centros de pesquisas com o objetivo de estudar a psicobiologia, associados aos laboratórios de pesquisa de instituições de diversas às áreas da saúde (PASQUALI; ALCHIERI, 2001).

Neste período histórico (no ano de 1907), é criado o primeiro laboratório de psicologia no Brasil, com base no Laboratório de Psicologia do Hospital Nacional de Alienados, situado na cidade do Rio de Janeiro. Como na Europa e nos Estados Unidos, o interesse inicial dos pesquisadores eram conhecer os processos psicológicos relacionados à percepção. Em 1913, existem registros que o médico pediatra Fernandes Figueira, fez uso do teste de Binet nos pacientes internados no Hospício Nacional de Alienados (AMBIEL; PACANARO, 2013; PASQUALI; ALCHIERI, 2001). Concomitante a Primeira Guerra Mundial, houve no Brasil um fomento muito grande de pesquisas na área da saúde mental, assim como, o surgimento de outros laboratórios de pesquisas em vários pontos do território brasileiro, por exemplo, em Recife, Bahia e São Paulo. No ano 1924, foi publicado por Medeiros e Albuquerque, o primeiro livro brasileiro, referente a teste psicológico, com o nome: Os tests. No mesmo ano, na Bahia, Isaias Alves trabalhou na adaptação da escala de Binet-Simon para realidade brasileira, sendo este um dos primeiros estudos de adaptação de instrumentos psicológicos que se tem registro no Brasil (PASQUALI; ALCHIERI, 2001).

A segunda etapa, conhecida como período de difusão da psicologia entre o ensino e as universidades, sucedeu no período de 1930 a 1962. Nesta época denota um movimento mais organizado no que se refere ao ensino, à pesquisa e a própria profissão da psicologia. As pesquisas permeavam às áreas de inteligência, aprendizagem, memória e psicomotricidade. Em 1932, há registros no Rio de Janeiro de um Instituto de Educação, cujos responsáveis eram Fernando Azevedo e Anísio Teixeira, onde ministravam cursos de aperfeiçoamento e especialização voltados para psicologia, abordavam disciplinas de Psicologia Educacional, Testes e Medidas Escolares e Estatísticas Aplicadas à Educação (PASQUALI; ALCHIERI, 2001). A psicologia ganha espaço neste período dentro das universidades, conquistando disciplinas em diversos cursos, como administração, jornalismo, educação física, sociologia, direito, medicina e entre outros. O ensino da psicologia dentro das universidades

proporcionou o surgimento de novos laboratórios de pesquisas e institutos de psicologia aplicada (AMBIEL; PACANARO, 2013).

Ao analisar o cenário desse período fora do universo acadêmico, percebe-se que a pesquisa psicológica era conduzida na mesma intensidade e cuidado, quanto no universo acadêmico. É importante salientar que a instrumentação usada em praticamente todas as pesquisas dessa época estava ligada a testes psicológicos, fomentando o desenvolvimento de métodos e técnicas de avaliação (AMBIEL; PACANARO, 2013; PASQUALI; ALCHIERI, 2001). É válido destacar que este período foi marcado pelo grande número de produções científicas e a própria construção de instrumentos de medida, permitindo o ajuste de teste específico para a população brasileira. Observa-se nessas publicações, uma crescente preocupação dos pesquisadores com os cuidados na condução de um processo avaliativo e aplicação dos instrumentos. Estas produções evidenciaram a necessidade da psicologia de se consolidar como profissão. Então, os profissionais psicólogos começaram a se organizar em sociedades e associações, o que garantiu realizarem reuniões nacionais e criar centros de caráter profissional (PASQUALI; ALCHIERI, 2001). No que tange aos testes psicológicos, este período (difusão da psicologia no ensino nas universidades) e o próximo (criação dos cursos de graduação em psicologia) são considerados os mais produtivos no Brasil. É perceptível o enorme entusiasmo dos profissionais e acadêmicos propulsores da época e com isso, o surgimento de possíveis crenças desmedidas de que apenas o teste psicológico era suficiente para realizar uma avaliação psicológica e se vê resquícios desse pensamento até os dias de hoje.

A terceira etapa é marcada pela regulamentação do curso de graduação em psicologia. Essa regulamentação ocorreu no dia 27 de Agosto de 1962, após inúmeros embates e ajustes no projeto, fomentados pelas associações descritas nas etapas históricas anteriores. Fica evidente que essa lei não é obra do acaso e, muito menos, se trata de um acontecimento repentino. Pelo contrário, pois foi resultado de um avanço gradual ocorrido ao longo de vários anos, como já mencionado nos parágrafos anteriores, permitindo a psicologia sair de um patamar de disciplina optativa ou aplicada, para ganhar um campo próprio. A proposta final é transformada em Lei nº. 4119 que resultou na criação do Conselho Federal de Psicologia (PASQUALI; ALCHIERI, 2001; SILVA BAPTISTA, 2010). A oficialização da profissão culminou em uma grande procura nos cursos de psicologia. A rápida expansão da psicologia acarretou no declínio da qualidade dos cursos, o que pode ser consequência da falta de docentes qualificados. Segundo as pesquisas referentes a esse período histórico, poucos foram as instituições, dentre as várias espalhadas no país, que conseguiram manter o nível de

qualidade no ensino da avaliação psicológica, inclusive no que se refere ao desenvolvimento de pesquisas (ALCHIERI; CRUZ, 2014; PASQUALI; ALCHIERI, 2001).

Ao final da década de 60, segundo os autores citados, houve uma crescente oferta do curso de psicologia consequentemente aumentou a necessidade de professores para a docência, associada à limitada oferta de cursos de pós-graduação, provocou o declínio da qualidade dos cursos de psicologia. Devido a isso, surgiu a necessidade de qualificação dos psicólogos que atuavam na área da docência dos cursos, principalmente daqueles que ministravam na área de avaliação psicológica por sua densidade técnica e restrição profissional, porém isso só é observado nas décadas seguintes, quando questionamentos sobre a formação profissional começam a surgir. Na década de 70, o Brasil acompanha a tendência mundial, no que tange a avaliação psicológica, cujo desinteresse e descrédito aos instrumentos psicométricos aumentavam. Considerado um período de forte declínio no que se refere ao aprendizado e produção científica, tal declínio é fruto de uma banalização e engessamento do uso dos instrumentos. Cabe destacar que essa reação também se refere ao modelo social, político e cultural que se vivia na época. Havia uma extensa crítica aos métodos quantitativos, levantados por forte oposição das novas vertentes teóricas que surgiam na época, como as abordagens sociais e humanistas (PASQUALI; ALCHIERI, 2001).

Vale enfatizar que parte das críticas realizadas neste período proporcionaram uma melhor adequação da avaliação psicológica e até mesmo acarretaram consequências positivas para a própria compreensão futura da diferença entre testagem psicológica e avaliação psicológica. Outras críticas, por vezes, careciam de fundamentos científicos, caracterizando-se por críticas rasas, exclusivamente motivadas por questões políticas e até mesmo de cunho emocional. E essa percepção distorcida da avaliação psicológica perdurou ao longo, no mínimo, duas décadas (NORONHA et al., 2002). Conforme apresentado por Ambiel e Pacanaro (2013:20):

Em grande parte tais críticas faziam sentido naquele momento, devido à baixa qualidade da formação dos alunos em avaliação psicológica, uma vez que nos cursos recém-criados ainda não havia docentes especializados no assunto em contraposição à grande procura dos alunos pelos cursos de graduação em psicologia.

Percebe-se, em nossa práxis, que por pouco conhecer a fundamentação teórica e compreender o papel dos instrumentos para a prática, os recém-formados profissionais começam a recusar os instrumentos ou técnicas advindos da avaliação psicológica.

No sentido de ignorar e menosprezar o instrumento exclusivo da própria prática profissional determinado pelo conhecimento superficial é que Benjamin (2004) descreve a fábula da raposa sintetizando o ocorrido neste período histórico. A raposa tinha um desejo muito grande em um cacho de uvas, que lhe parecia suculento. Ao deparar-se com suas limitações e perceber que o cacho de uvas tão desejado estava fora do seu alcance, decidiu menosprezar as uvas, qualificando-as como verdes. A raposa não admite que lhe faltava necessárias habilidades ou conhecimento de instrumentos para atingir o seu objetivo. Essa fábula contextualiza os profissionais daquela época e por vezes, ressoa o perfil de profissionais da nossa atualidade, que ao invés de compreender a suas limitações profissionais e pessoais, frente à área de atuação, optam em menosprezar aquilo que não alcançam, neste caso representando o instrumento/técnica, muitos profissionais optam por depreciar e até chegam a denegrir o teste psicológico, por simplesmente não conhecer, não conseguem fazer uma reflexão crítica sobre o seu uso.

Mediante cenário de críticas aos instrumentos psicológicos e formação dos profissionais e pesquisadores, inaugura-se um novo momento histórico dentro da psicologia. Denominado como quarto período, este é marcado pela introdução dos cursos de pós-graduação em diversas áreas, permitindo o aumento do ensino e pesquisa em psicologia, especificamente em relação à avaliação psicológica (PASQUALI; ALCHIERI, 2001). Entretanto, os autores citados revelam que tal esforço não foi suficiente para combater as práticas abusivas, uma vez que os profissionais continuavam fazer uso dos testes psicológicos sem as devidas reflexões e formação, o que acarreta em uma exposição da ferramenta de atuação profissional da psicologia (os testes) a situações vexatórias perante a sociedade. Isso promove o empobrecimento da produção científica da área e, prova deste fenômeno é o baixo quantitativo de pesquisas utilizando testes psicológicos neste período. Nas universidades houve uma ausência significativa de pesquisas voltadas à aplicabilidade, à construção e à própria divulgação de estudos sobre os testes. A sociedade sentiu-se vítima do uso abusivo e indiscriminado destes por parte dos psicólogos. Neste sentido, a sociedade protestou judicialmente e na mídia, com reportagens denegridoras dos testes e dos erros cometidos pelos profissionais. Pode-se dizer que este momento marca o colapso total da avaliação psicológica (AMBIEL; PACANARO, 2013; PASQUALI; ALCHIERI, 2001).

Para os autores citados o saber psicológico recuou e aprisionou-se nos campos universitários, distanciando-se gradativamente da sociedade, vivendo um período de silêncio científico marcado por ausência de produções e pesquisas. É sabido que as consequências desse período são palpáveis nos dias de hoje, uma vez que ainda se percebe o receio da

sociedade frente aos instrumentos psicológicos e o distanciamento do universo acadêmico da prática profissional. Tal exposição, não teve apenas consequências negativas, pois Ambiel e Pancanaro (2013) apontam que a expor a fragilidade da área impulsionou a reflexão crítica e a possibilidade de problematizar as formas que existiriam para manter a qualidade dos instrumentos, até mesmo da formação dos profissionais e dos próprios docentes da psicologia. Fruto dessa reflexão foi à formação de pequenos grupos que timidamente trabalhava para melhorar a prática da avaliação psicológica. Tudo isso fomentou um posicionamento de compromisso do Conselho Federal de Psicologia, possibilitando a criação em 1980 da Comissão Nacional de Avaliação Psicológica, que contribuiu para a normatização da atuação prática estabelecendo fatores disciplinadores e éticos no que tange o trabalho do psicólogo (PASQUALI; ALCHIERI, 2001).

Este pequeno grupo culminou na fundação do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP). Os pesquisadores atuantes nesse grupo conduziam estudos relacionados à validação de testes psicológicos no Brasil. O IBAP, desde então, promove eventos, reuniões, congressos e publicações científicas em prol de uma melhor qualidade dos testes e da avaliação psicológica na prática dos profissionais brasileiros (AMBIEL; PACANARO, 2013).

Por fim, o último período histórico inicia-se em 1990 e vai até os dias atuais. Como vimos, as situações enfrentadas no passado geraram uma onda de preocupações dentro dos Conselhos Regionais de Psicologia e, principalmente, do Conselho Federal de Psicologia. Alguns profissionais estavam preocupados com o número de processos judiciais contrários aos resultados de avaliações psicológicas. Com isso, Conselhos Regionais e o Federal da classe começaram a realizar encontros no intuito de estudar a questão. Tal movimento potencializou em alguns pesquisadores da área a necessidade de trabalhar os fundamentos da medida que pudessem garantir fidelidade dos resultados provenientes dos instrumentos psicológicos. Assim, inicia-se neste período no Brasil, o que tanto se desejava no passado: a produção científica com seriedade e ética no campo da instrumentação psicológica (PASQUALI; ALCHIERI, 2001). Percebe-se uma difusão significativa da pesquisa científica com a avaliação psicológica. É irrefutável o crescimento neste período histórico no que concerne a quantidade e qualidade das publicações na área. Este progresso aperfeiçoa os mecanismos de controle sobre o uso e comercialização de instrumentos psicológicos no país, reduzindo a distância que até então existia entre as descobertas científicas e a prática dos profissionais psicólogos (ALCHIERI; CRUZ, 2014).

Já na década de 2000, o Conselho Federal de Psicologia publica a Resolução 09/2018, que delimita critérios mínimos referentes à qualidade necessárias nos instrumentos para uso.

Esta resolução disciplinou a construção e a adaptação dos testes psicológicos no Brasil, estabelecendo diretrizes diretas aos pesquisadores. Essencialmente, esta resolução abordava critérios quando a fundamentação teórica dos testes, evidências empíricas, apresentação da validade e precisão do teste, sistemas de correção e interpretação dos resultados (AMBIEL; PACANARO, 2013). Ainda segundo os autores citados, a esta resolução permitiu a varredura no mercado, extinguindo comercialmente os instrumentos que não se enquadravam no novo padrão de qualidade. O que se entende a partir da resolução é que obviamente o Conselho Federal de Psicologia, não admitiria mais o uso de instrumentos sem a devida pesquisa, declarando que se não fosse dessa forma não haveria mais instrumental disponível para os psicólogos realizarem avaliação.

No ano de 2003, o Conselho Federal de Psicologia criou-se o Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos (SATEPSI), na tentativa de responder a grande demanda de processos éticos envolvendo a avaliação psicológica. O SATEPSI consiste em uma norma de certificação de instrumentos de avaliação psicológica, cujo objetivo é a análise e emissão de pareceres sobre os instrumentos, ou seja, todo instrumento para ser considerado psicológico passará pelo SATEPSI. Tal procedimento mantém-se até os dias atuais (PACANARO et al., 2013; PRIMI, 2010). O SATEPSI verifica se os instrumentos estão atendendo os critérios mínimos estabelecidos na Resolução do CFP nº 009/2018 e, caso o instrumento não atenda as determinações, é emitido um parecer esclarecendo as condições que não foram atendidas e com indicações de possíveis melhorias e encaminhadas para o responsável técnico pelo teste. Com a implementação deste procedimento o CFP garante a manutenção da sua função social, buscando estratégias para manter e controlar a qualidade dos instrumentos, sendo o SATEPSI uma delas, que assegura a qualidade técnica e ética dos produtos e serviços profissionais do psicólogo (CFP, 2018).

De maneira geral, nos últimos 10 anos houve um crescimento significativo da avaliação psicológica. Prova disso é o aumento de publicações e instrumentos aprovados pelo SATEPSI, certificando o uso de materiais de avaliação qualificados. Ao verificar o contexto acadêmico, percebe-se um crescimento na organização dos profissionais e pesquisadores, o que culmina na disponibilização de informações qualificadas nas publicações científicas, tornando-se recursos preciosos para a prática profissional. Mesmo assim, mensurar o quanto desse crescimento está impactando na prática do psicólogo se torna uma tarefa difícil, ou seja, o quanto o profissional está usando criticamente o conhecimento recebido e aplicando-o de maneira satisfatória na sua prática é de fato uma tarefa árdua (PRIMI, 2010).

O panorama histórico aqui traçado, nos permite compreender o estado atual da avaliação psicológica no Brasil, acreditamos que pode inclusive nos auxiliar e indicar possíveis caminhos para o futuro. Sabemos que é impossível prever o futuro da avaliação psicológica, mas percebemos os ganhos históricos que tivemos e os erros que marcaram significativamente o declínio e o crescimento desse saber. A apreensão no que compete à formação na área ainda revigora nos dias atuais, pois consideramos que profissionais bem formados farão uso dos instrumentos de maneira mais crítica e responsável. Frente a isso, faremos uma reflexão sobre a formação em avaliação psicológica.

1.2. FORMAÇÃO EM AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA ATRELADA A FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO

Neste momento pretendemos esclarecer como foi o processo de desenvolvimento da formação do psicólogo. Objetivamos elucidar como a avaliação psicológica percorre este caminho lado a lado com a própria formação do psicólogo. Expor a importância da avaliação psicológica para o fomento nas atualizações curriculares, consideradas necessárias para os ajustes sociais da atuação profissional, além do desfrutar de possibilidades que asseguram uma maior qualificação na formação.

Conforme orienta o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2013), a avaliação fornece informações cientificamente fundamentadas, tais que podem orientar e até mesmo sustentar o processo de tomada de decisão em algum contexto específico, no qual a decisão precisa levar em consideração informações sobre o funcionamento psicológico. A avaliação psicológica é um processo técnico e científico realizado com pessoas ou grupos de pessoas que, de acordo com cada área de conhecimento, requer metodologias específicas. Trata-se de um estudo que requer um planejamento prévio e cuidadoso, de acordo com a demanda e os fins para os quais a avaliação se destina. Por isso, há a Resolução do CFP nº 06/2019, que institui os critérios necessários para elaboração de documentos escritos produzidos pelo psicólogo. Cabe enfatizar que a preocupação do psicólogo ao avaliar uma pessoa deve ultrapassar o propósito avaliativo considerando a finalidade e o impacto de determinado resultado na vida de uma pessoa.

Noronha e Alchieri (2002) e Pasquali (1999), compartilham da mesma via de pensamento, destacando o risco de limitar a avaliação psicológica ao uso apenas de testes, o que pode dar lugar a uma visão reducionista e tecnicista de todo o processo de avaliação. Tal afirmação enfatiza a importância do instrumental técnico, visto que esse ocupa uma posição relevante no processo, mas ratifica que, os testes, são apenas parte do processo. Primi (2003) confirma que a avaliação psicológica, além de estimar um dado comportamento, garante que

as teorias possam ser testadas e aprimoradas, contribuindo para o crescimento da psicologia e mantendo a integração entre ciência e profissão. Ainda segundo o autor, em qualquer ciência ou linha de atuação profissional, um instrumento é apenas um instrumento, e a qualidade de seu uso depende intensamente do conhecimento ou do grau de competência do utilizador. A qualidade da formação profissional é um problema geral, não é algo restrito à psicologia ou mesmo, a avaliação psicológica. Mas dentro desse saber, vemos a necessidade de maior qualificação crítica em relação à avaliação psicológica.

Acreditamos que com maior qualificação dos profissionais e dos futuros profissionais da psicologia, será possível dissipar os falsos dilemas que permeiam a prática e também evitar a perpetuação de preconceitos simplistas e reducionistas, aumentando a qualidade dos profissionais e dos recursos disponíveis para essa área (NORONHA; REPPOLD, 2010; PRIMI, 2010). A formação em psicologia é alvo de discussões por todo o seu período histórico. A partir de agora abordaremos este trajeto de construção da formação do profissional psicólogo no Brasil e, para facilitar a compreensão deste, o dividiremos em três períodos, a saber: o primeiro referente ao Currículo Mínimo, o segundo referente às Diretrizes Curriculares Nacionais e o último que consiste no Ensino da Avaliação Psicológica.

Quando a psicologia foi regulamentada, criou-se e fixou um Currículo Mínimo, sendo este influenciado pelos mesmos profissionais que lutaram para criar a lei da profissão em 1962 e sua regulamentação em 1964. Com a célebre Lei nº 4.119 finalmente aprovada a profissão e o curso de psicologia são oficialmente regulamentados. No mesmo ano, o Conselho Federal de Educação (CFE) emite um parecer nº 403/62, afirmando o Currículo Mínimo e a duração dos cursos de Psicologia (BRASIL, 2001; LISBOA; BARBOSA, 2009). A proposta do Currículo Mínimo para o curso de graduação em Psicologia se resume segundo Hoff (1999), em algo que prevê uma formação tecnicista e voltada para as especialidades. Porém os próprios profissionais e as várias áreas da sociedade apontam um caminho oposto ao definido previamente, visto que se detectou a necessidade de estabelecer um curso de psicologia generalista. O curso de psicologia foi definido e estruturado em três níveis de formação, cada qual com uma duração e um objetivo: bacharelado, duração de quatro anos, destinado à formação do pesquisador; licenciatura, com duração de quatro anos, direcionado a formação de professor; e formação do psicólogo, com duração de cinco anos, centrado na formação do profissional psicólogo. Dentro dessa duração, além das disciplinas teóricas o aluno de psicologia cumpriria o mínimo de 500 horas de estágio supervisionado (HOFF, 1999; JAPUR, 1996). O Currículo Mínimo para o Bacharelado e Licenciatura em Psicologia, determinou as disciplinas obrigatórias que de acordo com Japur (1996:131) são “Estatística,

Fisiologia, Psicologia Geral e Experimental, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia da Personalidade, Psicologia Social e Psicopatologia Geral, além das disciplinas pedagógicas exigidas para a formação em Licenciatura”. Já no Currículo Mínimo determinado para a formação do psicólogo, além das disciplinas indicadas, eram obrigatórias as seguintes disciplinas:

técnicas de Exame e Aconselhamento Psicológico e Ética Profissional; [...] Dinâmica de Grupo e Relações Humanas, Pedagogia Terapêutica, Psicologia do Excepcional, Teorias e Técnicas Psicoterápicas, Psicologia Escolar e Problemas da Aprendizagem, Seleção e Orientação Profissional e Psicologia da Indústria (JAPUR, 1996:131).

De acordo com o texto da referida lei, o percurso do futuro profissional de psicologia era fragmentado, alternativo e distinto para cada categoria. Ou seja, todo psicólogo poderia ser também um cientista, porém o cientista não poderia ser um profissional, visto que não teria realizado estágio profissional e não estaria legalmente habilitado para o exercício da profissão (RUDÁ; ALMEIDA FILHO, 2015). Outro ponto que a ser contemplado na Lei nº 4.119, refere-se ao Art.4º que abarca a determinação das funções, ou atividades laborais destinados aos psicólogos, sendo assim,

1) Utilizar métodos e técnicas psicológicas com o objetivo de: a) diagnóstico psicológico; b) orientação e seleção profissional; c) orientação psicopedagógica; d) solução de problemas de ajustamento. 2) Dirigir serviços de Psicologia em órgãos e estabelecimentos públicos, autárquicos, paraestatais, de economia mista e particulares. 3) Ensinar as cadeiras ou disciplinas de Psicologia nos vários níveis de ensino, observadas as demais exigências da legislação em vigor. 4) Supervisionar profissionais e alunos em trabalhos teóricos e práticos de Psicologia. 5) Assessorar, tecnicamente, órgãos e estabelecimentos públicos, autárquicos, paraestatais, de economia mista e particulares. 6) Realizar perícias e emitir pareceres sobre a matéria de Psicologia (BRASIL, 1964).

Ao analisar esse artigo, podemos contemplar o amplo leque de atuação do psicólogo. A definição das atividades laborais do psicólogo auxiliou na composição da Base Nacional Curricular, que garantia a homogeneidade do ensino da psicologia e esse currículo perdurou por aproximadamente quatro décadas (BRASIL, 2001). Em 1971 são realizados os primeiros eventos organizados para os psicólogos após a regulamentação da profissão. Um desses eventos que marcou o período foi o proposto pela Associação Brasileira de Psicólogos, conhecido como o I Encontro Nacional de Psicologia, realizado no estado de São Paulo. Neste, definiu-se a criação do Conselho Federal de Psicologia e também o dia nacional do Psicólogo, 27 de agosto, data que a profissão foi regulamentada (SOARES, 2010). O Conselho Federal e Regionais de Psicologia foram regulamentados na Lei nº 5.766, de 20 de

dezembro de 1971, sendo a sua principal atribuição “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe” (BRASIL, 1971).

Todo movimento descrito até aqui, garante o fortalecimento da profissão e assegura o compromisso com a sociedade e ciência. A criação do CFP fomenta a reflexão sobre as práticas psicológicas, no que condiz ao ensino, profissionalização e pesquisa. Na década de 90, percebe-se uma intensa movimentação dos conselhos tanto regionais quanto federal no intuito de promover a reflexão e concretizar mudanças relativas à formação do psicólogo. Fato este culminou no I Encontro de Coordenadores de Curso de Formação de Psicólogos, realizado em Serra Negra, Minas Gerais, no primeiro semestre do ano de 1992 (JAPUR, 1994). Este encontro contou com a presença de noventa e sete dos então cento e três cursos de psicologia existentes no país. Aprovou-se, neste evento, um conjunto de sete princípios norteadores da formação em psicologia, além de dez sugestões de operacionalização desses princípios. O documento gerado destas determinações ficou conhecido com Carta de Serra Negra e é considerado um marco para as reflexões que envolvem a formação em psicologia em todo o país, garantindo um parâmetro comum de avaliação dos cursos de psicologia (JAPUR, 1994 e 1996). A proposta provida na Carta de Serra Negra potencializou a discussão frente à temática da formação, porém pouco se fez para proporcionar uma efetiva mudança. Então, no ano 1994, no Congresso Nacional Constituinte, algumas decisões de implantação imediata foram tomadas com o intuito de melhorar a qualidade da formação do psicólogo, culminando em dois princípios de ação. Segundo Rocha Junior (1999), a primeira garantia à formação generalista, indicando a necessidade de apresentar durante a graduação as várias abordagens teóricas e as áreas de atuação do psicólogo. Já a segunda indicava a necessidade de desenvolver no aluno uma postura científica, uma visão do saber psicológico como inacabado e a prática da interdisciplinaridade.

As críticas referentes ao Currículo Mínimo se tornaram cada vez mais frequentes, visto que a própria atuação profissional do psicólogo leva à constatação do esgotamento desse modelo de formação. Isto estimula duas frentes de movimentos instituídos na classe profissional: a da reformulação curricular e a renovação do compromisso social da Psicologia. Inicia-se assim, o segundo período histórico da formação profissional, o das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) (RUDÁ ; ALMEIDA FILHO, 2015). Vários são os movimentos que culminaram nas Diretrizes Curriculares. No que cabe à classe profissional aqui discutida, o movimento aconteceu no ano de 1995, atendendo à solicitação do CFP e dos CRPs, que geraram sugestões em forma de propostas para reestruturação curricular referente à

formação em psicologia (ROCHA JUNIOR, 1999). Outro movimento evidenciado e este ocorre no campo político, foi referente à Lei de Diretrizes Básicas - Lei nº 9.394/96, assinada no Brasil no ano de 1996. E também a Lei n. 9.131/95, que altera a legislação educacional que estava em vigor até então, na qual se cria o Conselho Nacional de Educação (CNE), substituindo o Conselho Federal de Educação (CFE). Nesta legislação são apresentadas aos cursos de graduação as DCNs, que delibera ao CNE a responsabilidade sobre as Diretrizes. Finalmente constatou-se que os Currículos Mínimos eram ineficazes para garantir qualidade da formação superior, o que corroborou para sua substituição (RUDÁ; ALMEIDA FILHO, 2015). Ainda segundo os autores citados, é visível que as Diretrizes Nacionais surgem em oposição à prática do Currículo Mínimo. Essa mudança provoca um deslocamento da proposta central, saindo do foco das disciplinas para os objetivos da formação. Ou seja, o viés agora recai nas possíveis competências a serem desenvolvidas no processo de formação profissional, e abandona o conjunto prévio e fechado de conteúdos curriculares.

Apenas no ano de 1998 o Ministério da Educação forma uma comissão para analisar e propor uma nova direção à formação em psicologia, sendo fruto dessa comissão, a minuta de Diretrizes Curriculares da Graduação em Psicologia (ROCHA JUNIOR, 1999). Ao permear o universo da avaliação psicológica neste contexto, podemos dizer que para aprimorar a formação em Psicologia e especialmente o ensino da avaliação psicológica, era importante considerar essa transformação e luta como uma tarefa multidimensional. A responsabilidade não está e não estava limitada a uma parte específica do processo de formação-capacitação-profissionalização, mas transcorre aos interlocutores dessa ciência, quer sejam professores, acadêmicos, instituições e editores (NORONHA; ALCHIERI, 2002). Porém essa mudança foi um processo árduo e ainda incompleto, pois novas mudanças são sugeridas conforme o avanço da ciência, da sociedade e da própria profissão. Também se percebia a necessidade de criar Diretrizes para padronização do uso e produção dos testes psicológicos, que acarretou na tradução autorizada das Diretrizes para Uso de Testes da International Test Commission. Tal movimento foi idealizado pelo Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica, junto ao Laboratório de Avaliação e Medidas Psicológicas da PUC de Campinas, São Paulo (NORONHA; REPPOLD, 2010; NORONHA et al, 2010).

Vale frisar que essa tradução surgiu com o próprio contexto histórico apresentado nos parágrafos anteriores. Essas diretrizes foram produzidas mediante a uma Comissão Internacional de Testes (ITC) cujo objetivo era apresentar o uso correto dessas ferramentas, bem como incentivar práticas mais assertivas no processo de avaliação psicológica. As Diretrizes Internacionais apontam para métodos pertinentes de adaptação dos instrumentos, de

modo a assegurar a qualidade e confiabilidade dos mesmos em diferentes culturas. Também arrola o uso ético e justo dos testes, sugerindo maneiras específicas de conduta e competências técnicas para a prática de avaliação psicológica (IBAP, 2003; NORONHA et al., 2010). A tradução das Diretrizes Internacionais para uso de testes psicológicos fomentaram discussões referentes aos currículos pedagógicos de formação do psicólogo na área de avaliação psicológica. Percebe-se como solução a vários problemas enfrentados pelo uso inadequado dos instrumentos, a necessidade de aprimorar a formação dos profissionais em avaliação psicológica por meio de acréscimo ao currículo acadêmico disciplinas que possibilitassem a reflexão e fundamentação crítica dos psicólogos, proporcionando ao profissional capacidade técnica e crítica de análise dos instrumentos comercializados (NORONHA et al., 2002; NORONHA et al, 2010). Portanto, a área de avaliação psicológica já tinha instituído as Diretrizes que permeavam a prática profissional, fomentado pela necessidade de aperfeiçoamento dos psicólogos.

E no ano de 2001 foram aprovados as Diretrizes Curriculares para mudança de base curricular do curso de graduação de psicologia no Brasil, mediante ao Parecer CNE/CES nº. 1.314. Porém devido a manifestações das instituições de ensino superior e entidades interessadas na formação em psicologia, tal proposta não foi homologada (BRASIL, 2001; NORONHA, 2006; RUDÁ; ALMEIDA FILHO, 2015). Essa percepção impulsionou profissionais que estavam presentes no Simpósio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós – graduação em Psicologia (ANPEPP) realizada no ano de 2002 a produzir uma nota técnica. Neste documento, afirmam que as disciplinas curriculares deveriam abarcar minimamente os seguintes tópicos, conforme apresenta Noronha et al. (2002:174):

1) teoria da medida e psicometria; 2) avaliação da inteligência; 3) avaliação da personalidade, incluindo técnicas projetivas e os inventários de personalidade; 4) práticas integrativas de planejamento, execução e redação dos resultados da avaliação psicológica (elaboração de laudos) nos mais variados contextos, incluindo conhecimentos das mais diversas áreas da Psicologia.

Passados três anos discutindo e debatendo as mudanças e finalmente no ano de 2004, institui-se o Parecer CNE/CES nº. 62 que originou a Resolução de CNE/CES nº 8, determinando as novas Diretrizes Curriculares de Graduação em Psicologia, havendo necessidade de efetivar as mudanças curriculares nos cursos a partir dessa lei (BRASIL, 2001; NORONHA, 2006; RUDÁ; ALMEIDA FILHO, 2015). A organização dessas novas diretrizes curriculares a partir de 2004 pautou-se na definição de competências e habilidades profissionais que devem ser desenvolvidas ao longo do curso de graduação. Assim, definiu-se

nas diretrizes curriculares, conforme denota o CFP (2011), no Art.12º os eixos estruturantes necessários para o desenvolvimento da identidade profissional, que seriam referentes aos procedimentos para a investigação científica e a prática profissional. A partir das Diretrizes, a Formação do Psicólogo não apresenta mais a distinção de habilitações diferentes, como era antes no Currículo Mínimo. A prioridade estava na formação ampla do profissional, garantindo o compromisso e respeito à multiplicidade de concepções teóricas e metodológicas. De tal modo, que mediante as DCNs de 2004 não existe necessidade de uma formação intermediária de bacharéis, como era realizado. Em outras palavras, a partir das Diretrizes Curriculares de 2004 temos apenas uma possibilidade de formação, cujo título é Curso de Psicologia, sendo este o único possível de formar profissionais psicólogos no país (BRASIL, 2004). Outra mudança proeminente refere-se à inclusão dos estágios básicos, reduzindo o impacto do estágio profissionalizante no final do curso. Nesta nova proposta, destaca-se a tentativa de desenvolver habilidades durante toda a formação, oferecendo ao futuro profissional práticas em níveis crescentes de complexidade (RUDÁ; ALMEIDA FILHO, 2015).

As Diretrizes Curriculares auxiliam no nivelamento do conhecimento e asseguram uma formação básica do saber psicológico dentre os vários estados brasileiros. Considerando que a lei que regulamenta a profissão de Psicólogo de forma generalista, tem-se então, que garantir ao futuro profissional, competências para utilizar as técnicas e métodos restritivos a esta classe. Além de determinar a conduta ética e responsabilidades frente práxis da avaliação psicológica. Visto que agora, se faz necessário assegurar que tais técnicas serão ensinadas nos diferentes cursos de psicologia espalhados pelo Brasil. Então, no ano de 2011, DCNs são reformuladas, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia, visto que na anterior tais questões não foram contempladas. Bardagi et al. (2015) afirmam que, mesmo após 50 anos da regulamentação da Psicologia como profissão no Brasil, as mudanças propostas nas Diretrizes Curriculares do curso de graduação em Psicologia ainda encontram dificuldades para determinar parâmetros que possam mensurar o conhecimento e as habilidades dos psicólogos. O CFP (2012) produz um documento referente à formação dos psicólogos e nele reconhece a psicologia como uma ferramenta de forte poder ideológico. Além disso, afirma que enquanto não houver discussões referentes ao componente ideológico de um currículo, continuaremos com belíssimas Diretrizes Curriculares, sem oportunizar aos estudantes mecanismos de transformação da realidade dos diversos serviços profissionais que desenvolvem durante a formação. O CFP (2012) refere-se à necessidade de proporcionar aos alunos uma visão crítica sobre os

instrumentos, técnicas, processos e meios que estão inseridos e aperfeiçoar a capacidade de análise diferenciada do senso comum. No momento em que somos incitados a preparar um novo modelo de atuação profissional, a lembrança e o registro da história recente da Psicologia no Brasil, constitui-se oportuna para aqueles que no interior dos espaços de formação do psicólogo, assumem a responsabilidade de preparar um currículo realmente generalista e crítico.

Este deve ser o ponto de partida da longa e árdua caminhada que temos a percorrer: tomarmos consciência daquilo que não mais queremos daquilo que não mais podemos fazer. É bem verdade que já temos uma referência sobre o que precisamos e queremos fazer: construir um profissional capaz de empreender uma prática pluralista, crítica e transformadora, que saiba reconhecer as demandas de intervenção e propor caminhos que atendam essas demandas. Na percepção de Moura (1999) para alcançar os propósitos indicados teremos, inevitavelmente, que passar por territórios desconhecidos que certamente, produzirão rupturas. Enquanto profissionais, devemos aprender a nos permitir a aperfeiçoar a nossa prática constantemente. Depois de aprender essa lição, teremos que começar a relativizar o nosso saber acadêmico frente ao saber empírico, na intenção de estabelecermos um diálogo produtivo com os sujeitos concretos. Sendo estes, os verdadeiros agentes de transformações na nossa realidade.

Voltando a disciplina de avaliação psicológica, considerando que ela está inserida em todas as áreas de atuação profissional do psicólogo, Noronha e Reppold (2010) indicam que essa área deve ser componente curricular obrigatório em qualquer matriz pedagógica dos cursos de psicologia. Porém, por muito tempo, segundo Alchieri e Bandeira (2002), o ensino da avaliação psicológica estava associado apenas à aplicação e correção de sucessivos testes psicológicos que eram apresentados pelos docentes em vários períodos. Antes se tinha a ideia que a própria disciplina de avaliação psicológica era apenas o repassar manuais, com aplicação prática nos alunos.

Este método de ensino, mesmo que rudimentar e com várias críticas, ainda se faz presente na atualidade. Não havia indagações, por parte dos estudantes e também não era estimulado à visão crítica deles, anulando o aprofundamento em questões mais estruturais do instrumento, arriscamos em dizer que essas características ainda são frequentes em muitos modelos de ensino da avaliação psicológica pelo Brasil. Bandeira (2011) revela que a maioria das instituições nomeava a disciplina como Técnicas de Exames Psicológicos (TEP) e a partir das reformas curriculares estudadas e do empenho do CFP e de outras entidades interessadas na formação do psicólogo em avaliação psicológica (como o caso das editoras de testes,

docentes, pesquisadores e usuários do instrumento), são evidenciadas mudanças significativas na orientação do como ensinar avaliação psicológica. Estes fatores, conforme apontado por Bandeira (2011) geram transformações no processo de ensino dos instrumentos, pois muitas instituições ensino superior começam a trocar a nomenclatura utilizada na disciplina de TEP para Avaliação Psicológica (AP), indicando uma mudança de percepção, sendo agora mais ampla do que a dos períodos anteriores. Ainda segundo a autora, os docentes começam a expor em seus conteúdos conceitos que abarcam os fundamentos dos testes, permitindo maior compreensão por parte dos estudantes do processo de avaliação psicológica e maior criticidade no uso dos manuais de instrumentos disponíveis.

Ao analisar como esse processo ocorre para o futuro psicólogo, percebe-se que o contato com a avaliação psicológica dentro da graduação, comumente ocorre por meio de um aglomerado de disciplinas, que possuem títulos diferentes para cada instituição, mas que tem basicamente o mesmo objetivo. Fica evidente que a avaliação psicológica é uma das diversas áreas de formação da Psicologia e o seu estudo corrobora para a formação de um conjunto de habilidades que todo psicólogo deve adquirir ao longo de sua trajetória acadêmica, independentemente da área em que irá atuar profissionalmente. Por isso, mesmo a avaliação psicológica possuindo um corpo de conhecimentos bastante característicos, ela só fará sentido quando associados aos outros conhecimentos da psicologia (CRUZ, 2016; NUNES et al., 2012). Além disso, de acordo com os autores citados, a avaliação psicológica permite ao estudante a possibilidade de promover o raciocínio em psicologia, garantindo a integração de conhecimentos teóricos e práticos através da associação dos resultados dos instrumentos com as teorias estudadas em outras disciplinas, assegurando uma compreensão mais holística do ser humano. Assim, fica manifesto o motivo pelo qual o ensino da avaliação psicológica não pode ser reduzido ao ensino de técnicas isoladas de instrumentos. Tal envolvimento instituído pela disciplina de avaliação psicológica permite o aperfeiçoamento de competências profissionais que sustentam uma postura profissional mais crítica, ética e responsável de sua atuação, alinhado inclusive aos objetivos das Diretrizes Curriculares Nacionais da formação do psicólogo (CRUZ, 2016; NUNES et al., 2012).

Atualmente, verifica-se que cabe aos docentes da disciplina de avaliação psicológica o fomento da condição rumo à renovação mais ativa de processo de formação desses profissionais. Alves, Alchieri e Marques (2002) evidenciam a importância da constante atualização de seus conteúdos programáticos e a busca incessante de novas estratégias para o ensino, garantindo o desabrochar do potencial dos futuros profissionais e o aperfeiçoamento de uma ação educativa mais eficaz e eficiente. Além disso, percebe-se a necessidade de

promover nos psicólogos a conscientização de que a avaliação psicológica é uma ferramenta prática do profissional, dentre as tantas outras que ele pode utilizar e realizar. Porém alcançar essa percepção implica o aperfeiçoamento do conhecimento crítico do que se utiliza. Aprender a fazer uma análise crítica é fundamental para a tomada de decisão ética, política e profissional do psicólogo. Assim como ocorre nas demais áreas de atuação do psicólogo, alguns profissionais optam por determinada técnica ou vertente em detrimento de outras. Supostamente, para realização dessa escolha o profissional levou em consideração suas competências profissionais (CFP, 2012; NORONHA; REPPOLD, 2010).

Ainda mediante a percepção dos autores citados, o ensino de avaliação psicológica deve proporcionar ao estudante experiências teóricas e práticas que promova o desenvolvimento de competências para uma atuação comprometida com os princípios éticos da profissão. Presume-se que embora o profissional psicólogo não esteja vinculado a determinado contexto, carece a este o mesmo respeito que apresenta em relação às suas preferências. Tem-se a impressão de que, quando se refere à avaliação psicológica, não há necessidade de comprometer-se com os princípios éticos da profissão. Isso ocorre devido ao próprio processo histórico da avaliação psicológica que sofreu várias transformações e pode ser que resquícios de práticas passadas ainda atravessam as épocas chegando aos dias atuais, pois conforme aponta Reppold (2011) a percepção tecnicista e fragmentada da avaliação psicológica ainda está em processo de modificação. Outro fator que é levantado pela autora seria o papel e relevância que a avaliação psicológica tem perante a sociedade. Também a sedução mercadológica que a avaliação propicia e a própria dificuldade que os profissionais possuem de analisar a si mesmo e o caso em que trabalha reconhecendo suas fronteiras técnicas e pessoais (ANACHE, 2011; SANTOS, 2011).

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Optou-se em fazer uma revisão de literatura como objeto de analisar 10 (dez) artigos publicados em meios virtuais acadêmicos, que ocorreram nos últimos 15 anos. Os artigos foram pesquisados através da plataforma scielo, utilizando-se para isso palavras-chaves como disciplina e avaliação psicológica, sendo que, essas palavras deveriam aparecer no título e/ou no resumo do artigo. De acordo com Gil (2008:46), “a pesquisa bibliográfica é realizada com base em instrumentos já existentes e que façam apontamentos com o tema abordado”. Assim, realizou-se a pesquisa com a utilização de diversas publicações que relatam o tema “disciplina de avaliação psicológica”, desse modo, pesquisa de fonte secundária, que para Gil (2008:64) “abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo”.

Para o recolhimento de informações necessárias, foram definidos critérios com o intuito de atender os objetivos propostos nesta revisão, sendo eles: artigos publicados no Brasil que abordem o tema de disciplina de avaliação psicológica, com o idioma em português e publicações de revisão bibliográfica de literatura, estudo de caso, estudo de campo e/ou teses/dissertações. Inicialmente, os artigos foram mapeados seguindo os critérios de inclusão/exclusão, sendo observados detalhadamente os estudos dissertativos ligados ao tema, fazendo assim, uma análise de forma descritiva dos dados colhidos, o que possibilita compreender como ocorre o processo de análise da disciplina de avaliação psicológica no Brasil. Desta forma, utilizou-se a pesquisa explicativa que tem o intuito de identificar as motivações que podem explicar certos fenômenos (GIL, 2008).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta pesquisa analisou 10 (dez) artigos científicos publicados entre os anos de 2002 a 2010, seguindo os critérios de inclusão pré-estabelecidos na metodologia. Para apresentação dos resultados segue abaixo a tabela com o título dos artigos, ano, local do estudo e tipo de pesquisa. Posteriormente, encontra-se a discussão da pesquisa seguindo um modo de comparação entre os dados encontrados em cada artigo.

Título do artigo	Ano	Cidade/Estado	Tipo de pesquisa
Opinião de alunos de Psicologia sobre o ensino em Avaliação Psicológica	2007	Belo Horizonte/MG	Pesquisa de campo
Importância e domínios em Avaliação Psicológica: um estudo com alunos de Psicologia	2007	Itatiba/SP	Pesquisa de campo
Considerações sobre a Avaliação Psicológica no Brasil	2010	São Paulo/SP	Revisão Bibliográfica de literatura
Conhecimento em Avaliação Psicológica	2004	Campinas/SP	Pesquisa de campo
Conhecimento de estudantes a respeito de conceitos de Avaliação Psicológica	2004	Maringá/PR	Pesquisa de campo
A validade teórica em Avaliação Psicológica	2008	São Paulo/SP	Revisão Bibliográfica de literatura
Os problemas mais graves e mais frequentes no uso dos testes psicológicos	2002	São Paulo/SP	Pesquisa de campo
Formação em Avaliação Psicológica: uma análise das disciplinas	2006	São Paulo/SP	Revisão Bibliográfica de literatura
Conhecimento em Avaliação Psicológica: um estudo com alunos de Psicologia	2003	São Paulo/SP	Pesquisa de campo
Sobre o estudo em Avaliação Psicológica	2010	Itatiba/SP	Revisão Bibliográfica de literatura

Tabela 1 – Relação das produções científicas

Percebe-se que entre o ano de 2010 a 2017 não foram encontradas nenhuma publicação no que diz respeito à disciplina e a formação em avaliação psicológica nas universidades. O que pode ser um problema mediante a tantos erros cometidos por profissionais quanto ao uso inadequado dos instrumentos. Além de serem encontrados poucos

estudos nessa área identifica-se que a maioria dos artigos pesquisados foram produzidos no estado de São Paulo (08). Os outros dois realizados nos estados de Minas Gerais (01) e Paraná (01). Dos artigos pesquisados, seis (06) são pesquisa de campo e quatro (04) são revisão bibliográfica de literatura.

A discussão central em todos os artigos gira em torno da insuficiência do conteúdo e falta de treinamento dos profissionais para o uso dos testes psicológicos, a universidade em si não capacita suficientemente o aluno para a realização da avaliação psicológica. Conforme Paula, Pereira e Nascimento (2007:41) em uma pesquisa realizada com estudantes de Psicologia concluíram que: “Muitos consideraram que a academia não os capacita o suficiente para realizarem avaliações psicológicas e que os próprios testes disponíveis no país apresentam problemas relacionados, principalmente, à padronização e à normatização”. Nota-se que além dos alunos sentirem dificuldades no que tange o ensino em Avaliação Psicológica também percebem problemas relacionados aos testes que são disponíveis no Brasil. Compreendendo que o processo de Avaliação Psicológica é uma prática exclusiva do psicólogo, torna-se imprescindível que o profissional apresente as competências e conhecimentos necessários para a realização da avaliação, disposto nas diretrizes curriculares que regem a formação profissional e na cartilha de atuação em Avaliação Psicológica disponibilizado pelo CFP/2013.

Partindo do pressuposto no qual o ensino de Avaliação Psicológica é insuficiente na universidade, se torna de extrema importância à formação continuada, sendo esta específica e atualizada, requerendo título de especialista dentro da área de avaliação psicológica. Noronha e Reppold (2010:200) dizem: “Avaliar é necessário em diferentes contextos de atuação, pois, além de fornecer informações preciosas dos aspectos psicológicos dos processos avaliados, contribui para uma atuação mais refinada e precisa. Para que esse reconhecimento se efetive, muitas instâncias precisam se unir”. Nesse sentido, como parte de um processo de avaliação psicológica é necessário compreender todos os aspectos do cliente, a palavra aplicar não significa apenas o aplicar do instrumento, mas um processo que envolve coleta de dados, instrumentos, histórico clínico, conhecimento em psicopatologia, competências técnicas e comportamentais para realização do processo com destreza, além de conhecimentos em Psicologia para melhor compreender a demanda do cliente. Faz-se necessário integrar todas as expressões do paciente. Assim, é relevante discutir os aspectos principais do ensino em Avaliação Psicológica em Instituições de Ensino Superior, uma vez que esta possui déficits, inclusive relacionados à própria categoria profissional, não conseguindo reconhecer a

potencialidade expressa nos processos de Avaliação Psicológica. Desse modo, a formação em Psicologia ainda é o principal tema de discussão dos artigos aqui categorizados.

Conforme Noronha e Alchieri (2004:50): “Como se vê, ainda há muito a ser modificado, no que se refere à formação profissional como um todo, ao ensino de avaliação, em especial, e às técnicas propriamente ditas”. Nessa perspectiva atuação competente é consequência de formação sólida, se o ensino nas IES for ofertado com qualidade diminuirá as probabilidades de erros no que se refere à atuação do profissional em avaliação psicológica. Entretanto, é comum observar dentro da IES muitos conteúdos com carga horária insatisfatórias, impedindo o desenvolvimento do discente e do docente, colocando a formação em Psicologia um agravador da prática profissional. Noronha (2002:141) cita: “Ainda é a formação que dirige a ação do psicólogo e, para que se obtenha uma ação com um mínimo de problemas graves e frequentes, deve-se investir na preparação do profissional. É urgente a necessidade de se olhar para isto!”.

Em relação à formação dos psicólogos, Bandeira (2011) afirma que outros questionamentos são levantados, a saber: Será que, com a carga horária atual, o estudante se forma em condições para trabalhar com avaliação psicológica?; Será que a utilização de validações de certificações para uso de determinados instrumentos poderia ser a saída para minimizar os impactos das práticas incorretas dentro da avaliação psicológica e até mesmo aumentar o compromisso ético e profissional. Segundo a autora nesta opção de utilização de validações por meio de certificações para uso de determinado instrumentos, sabemos que esta prática já é adotada em alguns países, inclusive começam a chegar ao Brasil, instrumentos com tal qualificação para utilização. Ou seja, o psicólogo, para ter acesso ao instrumento, precisa tirar uma certificação, passar por um treinamento específico e realizar uma avaliação, para só depois de sua aprovação ter acesso ao teste. Estes entre outros questionamentos pairam quando nos deparamos com a estrutura disponível de formação nesta área e os déficits palpáveis da qualidade prática. Não pretendemos neste espaço sanar todos os questionamentos expostos e sim provocar de fato a inquietação quando estudamos a formação nesta área. Ao final desta pesquisa, um fato fica evidente: algo precisa ser feito, tanto a formação em avaliação psicológica quanto a classificação dos testes, para que de fato ocorra um progresso na área.

CONCLUSÃO

A disciplina de avaliação psicológica como vimos, é de fundamental importância para formação do profissional psicólogo e para o próprio processo de construção da psicologia

como ciência, em consequência disso, faz-se necessário o alinhamento das diretrizes curriculares os aspectos técnicos e éticos do profissional, ressaltando as competências e conhecimentos específicos para a prática eficiente do psicólogo. O discente ao se tornar um profissional, deve guiar sua prática na avaliação psicológica ou em qualquer área de conhecimento da psicologia, respaldado no Código de Ética da profissão, assim como, nas Resoluções estabelecidas pelo Conselho Federal de Psicologia.

Com base nos resultados apresentados nota-se que o material legislativo não responde a todas as possibilidades e situações que podem emergir na prática da avaliação psicológica, cabendo ao profissional o discernimento na condução ética de sua atuação. Analisou-se nos últimos 15 anos a produção científica sobre a disciplina de avaliação psicológica e identificamos que nos últimos anos houve uma redução da produção, sendo assim, diminuindo a reflexão sobre o tema, evidenciando a importância de mais pesquisas e até mesmo debates dentro das instituições de ensino superiores e o pelo próprio conselho de psicologia sobre como estamos ensinando e aprendendo tal conteúdo. Foi possível identificar os aspectos históricos da avaliação psicológica, destacando os aspectos mais importantes associados ao contexto histórico da época e podemos notar que o fomento da avaliação psicológica é cíclico, porém nos últimos anos e principalmente com o SATEPSI garantiu maior qualidade para prática profissional que proporcionou uma ascensão e confiabilidade na atualidade. Para manter esta qualidade devemos pensar não apenas na produção dos instrumentos, mas também na qualidade da produção dos profissionais que irão administrá-los.

Desta forma abarcamos alguns questionamentos, quanto à carga horária da disciplina, fiscalização do conselho e a possibilidade de emissões de certificações para uso do instrumento, alertamos sobre os impactos de uma prática inadequada e ousamos em dizer que há até mesmo uma prepotência por parte de alguns profissionais, que acabam fazendo um uso inadequado das técnicas de avaliação, o que compromete a fidedignidade dos resultados, reduzindo por vezes, todo o processo de avaliação psicológica a simplicidade da testagem. Profissionais, não comprometidos com o nosso papel social e ético perante a sociedade ficam cada vez mais em evidência. Utilizam da técnica como mágica, vendem resultados e são considerados pela classe verdadeiros “charlatões”. A preocupação mediante aos indícios apresentados, força-nos a voltar para o campo de produção do saber psicológico que deveria minimamente oferecer condições para que o discente do curso de Psicologia saiba identificar as ferramentas que são restritas e inerentes à sua futura profissão e proporcionar a estes profissionais o acesso a um conhecimento crítico, garantindo uma tomada de consciência

sobre o seu compromisso social e ético. Frente ao exposto vê-se a necessidade de estudar e pesquisar as formas e metodologias aplicadas nas instituições de ensino para ensinar o uso prático das ferramentas psicológicas.

REFERÊNCIAS

- ALCHIERI, J. C.; BANDEIRA, D. R. O ensino da avaliação psicológica no Brasil. In Ricardo Primi (Org.). **Temas em avaliação psicológica**. São Paulo: IBAP, p. 35- 39, 2002.
- ALCHIERI, J. C.; CRUZ, R. M. **Avaliação Psicológica: conceitos, métodos e instrumentos**. Casa do Psicólogo: Coleção Avaliação Psicológica. 5. ed. 1. reimp. São Paulo, 2014.
- ALVES, I. C. B.; ALCHIERI, J. C.; MARQUES, K. C. As técnicas de exame psicológico ensinadas nos cursos de graduação de acordo com os professores. **Psico-USF**, v. 7, n. 1, p. 77-88, 2002. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Joao_Alchieri/publication/237657164_As_tecnicas_de_exame_psicologico_ensinadas_nos_cursos_de_graduacao_de_acordo_com_os_professores/links/0deec534524bbec453000000.pdf> Acesso em: 09 set. 2023.
- AMBIEL, R. A. M.; PACANARO, S. V. Da testagem à avaliação psicológica: aspectos históricos e perspectivas futuras. In: Ambiel, et al. **Avaliação psicológica: guia de consulta para estudantes e profissionais de psicologia**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.
- ANACHE, A. A. Notas introdutórias sobre os critérios de validação da avaliação psicológica na perspectiva dos direitos humanos. In: Conselho Federal de Psicologia. **Ano da Avaliação Psicológica: Textos Geradores**. Brasília: CFP, p. 17– 20, 2011.
- BANDEIRA, D. R. Repensando a formação em avaliação psicológica no Brasil. In: Conselho Federal de Psicologia. **Ano da Avaliação Psicológica: Textos geradores**. Brasília: CFP, p. 129- 132, 2011.
- BARDAGI, M. P. et al. Ensino da avaliação psicológica no Brasil: levantamento com docentes de diferentes regiões. **Avaliação Psicológica**, v. 14, n. 2, p. 253- 260, 2015. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v14n2/v14n2a11.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2023.
- BENJAMIM, A. **A entrevista de ajuda**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BRASIL. **Decreto Lei nº 53.464 de 21 de janeiro de 1964**. Regulamenta a Lei nº 4.119, de agosto de 1962, que dispõe sobre a Profissão de Psicólogo. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d53464.htm >, Acesso em: 22 jul. 2023.
- _____. **Decreto-lei nº 5. 766 de 20 de dezembro de 1971**. Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5766.htm >, Acesso em: 22 jul. 2023.
- _____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Psicologia**. Rel.: Weber, S. Figueiredo, V. M. Parecer nº: CNE/CES 1.314/2001. Distrito

Federal, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES1314.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

_____. Resolução nº8 Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. **Ministério da Educação**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7690-rces004-08-pdf&category_slug=marco-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 08 Set. 2023.

CAIXETA, L. V.; SILVA, I. I. C. Avaliação Psicológica: possibilidades e desafios atuais. **Revista Pesquiere**, Centro Universitário de Passos de Minas: Minas Gerais, v.11, n. 2, p. 218- 237, dez. 2014.

COHEM, R. J.; SWERDLIK, M. E.; STURMAN, E. D. **Testagem e avaliação psicológica: introdução a testes e medidas**. 8º ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução CFP nº 09/2018**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/09/resolucao2018_09_Anexo.pdf> Acesso: 15 mai. 2023.

_____. **Resolução CFP nº 06/2019**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/06/resolucao2019_7.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

_____. **Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Psicologia: propostas e análise**. Brasília: DF, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&category_slug=marco-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso: 21 jul. 2023.

_____. **A formação de psicólogas e psicólogos: respondendo as demandas da sociedade brasileira**. Posição do CFP, Gestão 2011-2013, Oficina de Formação dos Psicólogos. Brasília: DF, 2012. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/04/Documeto-do-CFP-sobre-a-Forma%C3%A7%C3%A3o-de-Psic%C3%B3logas-e-Psicologos.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2023.

_____. **Cartilha avaliação psicológica**. 1. ed. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://satepsi.cfp.org.br/docs/cartilha.pdf>> Acesso: 25 mar. 2023.

CRUZ, R. M. Presente e futuro da psicologia. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 36, n. 4, p. 783- 786, out./dez. 2016.

FONSECA, C. M. S. M. Avaliação psicológica e suas vicissitudes: a formação do psicólogo como foco. In: Conselho Federal de Psicologia. **Ano da Avaliação Psicológica: Textos geradores**. Brasília: CFP, p. 133- 139, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOFF, M. S. A Proposta de diretrizes curriculares para os cursos de psicologia: uma Perspectiva de Avanços?. **Psicologia Ciência e Profissão**. v. 19, n.3, p. 12– 31, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA (IBAP). **Diretrizes para o uso de testes.** Versão em Português. Tradução: International Test Commission. Disponível em: <<http://www.ibapnet.org.br/docs/DiretrizesITC.PDF>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

JAPUR, M. Formação em psicologia: a perspectiva da carta de Serra Negra. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, n. 7, p. 42-55, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1994000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 set. 2023.

_____. Formação em psicologia: análise dos aspectos estruturais de um curso de graduação. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, n. 10-11, pp. 131-148, 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1996000100010&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 08 set 2023.

LISBOA, F. S.; BARBOSA, A. J. G. Formação em psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação. **Psicologia Ciência e Profissão**. v. 29, n.4, p. 718-737, 2009.

MOURA, E. P. G. A psicologia (e os psicólogos) que temos e a psicologia que queremos: reflexões a partir das propostas de diretrizes curriculares (MEC/SESU) para os cursos de graduação em psicologia. **Psicologia Ciência Profissão**. Brasília, v. 19, n. 2, p. 10-19, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931999000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 set. 2023.

NORONHA, A. P. P. **Os problemas mais graves e mais frequentes no uso dos testes psicológicos.** *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 15, n.1, 135-142, 2002. Disponível em : <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v15n1/a15v15n1.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2023.

_____.; ALCHIERI, J. C. Reflexões sobre os instrumentos de avaliação psicológica. In: Primi, R (Org.). **Temas em Avaliação Psicológica**. Campinas: Impressão Digital do Brasil: IBAP, p. 7- 16, 2002.

_____. et al. Em defesa da avaliação Psicológica. **Avaliação psicológica: Notas técnicas e Documentos**. v. 2, 2002. p. 173- 174.

_____. et al. Conhecimento de estudantes a respeito de conceitos de avaliação psicológica. **Psicologia em Estudo**, v. 9, n. 2, p. 263- 269, 2004.

_____. Formação em avaliação psicológica: uma análise das disciplinas. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 10, n. 2, p. 245 – 252, 2006.

_____.; REPPOLD, C. T. Considerações sobre a avaliação psicológica no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, p. 192- 201, 2010.

_____. et al. Sobre o ensino de avaliação psicológica. **Avaliação Psicológica**, v. 9, n. 1, p. 139- 146, 2010.

NUNES, M. F. O. et al. Diretrizes para o ensino de avaliação psicológica. **Avaliação Psicológica**, v. 11, n. 2, p. 309-316, 2012.

PACANARO, S. V. et al. Panorama atual dos testes psicológicos no Brasil de 2003 a 2011. In: Ambiel et al. **Avaliação psicológica: guia de consulta para estudantes e profissionais de psicologia**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

PASQUALI, L. Histórico dos Instrumentos Psicológicos. In: _____. (Org.). **Instrumentos psicológicos: manual prático de avaliação**. Brasília :LabPam/IBAP, 1999.

PASQUALI, L. Testes Psicológicos: conceitos, história, tipos e usos. In: _____. (Org.). **Técnicas de exame psicológicos – TEP: fundamentos de técnicas psicológicas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. p. 13- 56.

_____.; ALCHIERI, J.C. Os testes psicológicos no Brasil. In: L. Pasquali (Org). **Técnicas de exame psicológicos – TEP: fundamentos de técnicas psicológicas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. p. 195- 221.

PRIMI, R. Inteligência: Avanços nos modelos teóricos e nos instrumentos de medida. **Avaliação Psicológica**, v. 1, n. 2, p. 67- 77, 2003.

_____. Avaliação psicológica no Brasil: fundamentos, situação atual e direções para o Futuro. **Psicologia Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. esp., p. 25-35, 2010.

_____. Responsabilidade e ética no uso de padrões de qualidade profissional na avaliação psicológica. In: Conselho Federal de Psicologia. **Ano da Avaliação Psicológica: Textos geradores**. Brasília: CFP, p. 53- 58, 2011.

PAULA, A. V.; PEREIRA, A. S.; NASCIMENTO, E. Opinião dos alunos de psicologia sobre o ensino em avaliação psicológica. **Psico-USF**, v. 12, n. 1, p. 33-43, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusf/v12n1/v12n1a05.pdf>. Acesso em: 08 set. 2023.

REPPOLD, C. T. Qualificação da avaliação psicológica: critérios de reconhecimento e validação a partir dos Direitos Humanos. In: Conselho Federal de Psicologia. **Ano da Avaliação Psicológica: Textos geradores**. Brasília: CFP, p. 21- 28, 2011.

ROCHA JUNIOR, A. Das discussões em torno da formação em psicologia às diretrizes curriculares. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 1, n.2, p. 3- 8, 1999.

RUDÁ, C. C. D.; ALMEIDA-FILHO, N. Formação em psicologia no Brasil: o período do currículo mínimo (1962-2004). **Memorandum**, Minas Gerais: Belo Horizonte, v. 29, p. 59-85, out., 2015. Disponível em: <www.fafich.ufmg.br/memorandum/a29/rudacoutinhoalmeidafilho01>. Acesso em: 08 set. 2023.

SANTOS, A. A. A. O possível e o necessário no processo de avaliação psicológica. In: Conselho Federal de Psicologia. **Ano da Avaliação Psicológica: Textos geradores**. Brasília: CFP, p. 13- 16, 2011.

SILVA BAPTISTA, M. T. D. A regulamentação da profissão Psicologia: documentos que explicitam o processo histórico. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, n. esp, p. 170- 191, dez. 2010. Disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000500008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 set., 2023.

SOARES, A. R. A psicologia no Brasil. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 30, n. esp., p. 8-41, 2010.